

Histórico da Encosta da Rua Benjamim Batista

A luta contra a construção na encosta da Benjamim Batista começou em 1972, a partir da iniciativa de moradores agindo isoladamente.

Com a fundação da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico, em 1980, esses moradores tiveram a possibilidade de organizar suas reivindicações, iniciando ai um processo de investigações minuciosas de todos os fatos ocorridos na encosta, desde a década de 30.

Histórico da instabilidade de encosta

- 1- Relatório do Instituto de Geotécnica registra ter havido, já na década de 30, desabamentos que causaram a destruição de várias casas da vila Operária da Fábrica Corcovado, então instalada no local, provocando inclusive morte entre os moradores.
- 2- Em fevereiro de 1962, o deslizamento de saibro no trecho próximo ao Parque Lage atingiu parcialmente os prédios de nº 27 e 34 da Rua Benjamim Batista, matando pelo menos quatro operários da firma que explorava a saibreira e ferindo treze. (Doc. 1)
- 3- Em 19 de maio de 1965 uma capa rochosa de grande espessura (blocos de 7x4x3,5) deslizou do alto da encosta, atingindo violentamente ao prédios fronteiros inclusive a casa de nº 118 da Rua Abade Ramos que ficou parcialmente destruída. (Doc 2)
- 4- Em 1966, durante as chuvas de janeiro, aconteceram deslizamentos de menos porte entre os trechos em que ocorreram os acidentes em 1962 e 1965.
- 5- Em fevereiro de 1967, fortes chuvas caíram sobre a cidade e novamente enormes blocos se deslocaram do alto da encosta, provocando danos materiais nas casas de números 103 e 107 que foram interditadas pela Geotécnica.
- 6- Em dezembro de 1974, acontecia outro deslizamento em frente à Rua Nascimento Bittencourt. Desta vez a maior parte do material deslocado da encosta ficou retido no valão construído em 1967, com esta finalidade. Este novo acidente levou a Geotécnica a interditar os prédios de números 27 e 49 da Rua Benjamim Batista e o de nº 84 da Nascimento Bittencourt. (Doc. 3)

Tentativas de construção na encosta da Benjamim Batista.

Em 1972, a Tecnosolo - Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S.A. propôs à Superintendência da Geotécnica medidas de contenção para a encosta da Benjamim Batista. A Geotécnica considerou as medidas propostas insuficientes e fez exigências, a fim de torná-las adequadas às condições do local.

Em 1973 e 1974, o conselho de Planejamento Urbano vetou o projeto de construção de cinco blocos de vinte andares apresentado pela Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar CHI/CM. (Doc. 4)

Em 1981 a CHI/CM voltou a apresentar à Superintendência da Geotécnica anteprojeto de contenções para a encosta da Benjamim Batista, elaborado pela Tecnosolo. Analisado o anteprojeto foram feitas exigências para a complementação do estudo. (Doc. 5)

Em 1982, por duas vezes (março e junho) a CHI/CM reapresentou o projeto à geotécnica sem ter cumprido as exigências deste órgão.

Em agosto de 1982, foi apresentado um projeto que satisfizes as exigências da Geotécnica.

Em setembro de 1982, a Geotécnica liberou o pedido de licenciamento para a contenção da encosta da Benjamim Batista com uma condição, ao fim do seu despacho: "trata-se de encosta com antecedentes trágicos cuja natureza das obras exige adaptações e complementação do projeto, as quais deverão ser também submetidas à aprovação desta O/IGE durante a execução.

Em 24 de fevereiro de 1983 foi assinada a licença para a obra de contenção a cargo da Tecnosolo com a recomendação: A licença de edificação só deverá ser concedida após o término das obras de contenção.

A esta altura o projeto de edificação da CHI/CM (cinco blocos de 20 andares) já fora modificado para 8 blocos de 5 andares, com 4 apartamentos por andar.

A AMA-JB, temendo que os novos estudos padecessem da mesma precariedade dos anteriores, buscou cópia dos mesmos e submeteu-os à análise de um engenheiro-geotécnico da COPPE-UFRJ que considerou as medidas propostas mais uma vez insuficientes para a contenção.

Diante desse parecer, a AMA-JB mobilizou-se intensamente nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 1983, através de várias ações: cartas aos jornais, manifestação de rua ao pé da encosta, abaixo-assinado ao governador, com 1293 assinaturas, contato com membros do executivo – governador do Estado, prefeito, secretário de obras – pedindo o cancelamento da obra, que tinha como data limite para começar o dia 24 de junho de 1983.

Como a obra não tivesse começado no 24 de junho, a AMA-JB em 8 de julho requereu à Prefeitura o cancelamento da obra por descumprimento do prazo e teve seu pedido atendido.

Em 13 de maio de 1984, diante do impasse, a Prefeitura convocou a Carteira Hipotecária do Clube Militar e a AMA-JB para juntos discutirem o problema. Depois de uma longa e tensa reunião, o representante do prefeito encerrou a discussão, propondo à AMA-JB apresentasse um laudo, já que ela não confiava nos estudos elaborados pela Tecnosolo e aprovados pela prefeitura. E deu à AMA-JB o prazo de 60 dias para concluí-lo.

A AMA-JB saiu em campo no dia seguinte e a 19 de maio de 1984 recebia do professor Josué Alves Barroso, do Instituto de Geociências do Departamento de Geologia da UFRJ, o orçamento para o "Laudo geológico-geotécnico sobre a estabilidade da encosta adjacente à Rua Benjamim Batista". Valor: Cr\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros.)

Correndo contra o tempo, no próprio dia 19 de maio começou a campanha de arrecadação do dinheiro para bancar o laudo. Colaboraram para tanto 78 moradores das Ruas: Benjamim Batista, Nascimento Bittencourt, Nina Rodrigues e Abade Ramos, totalizando Cr\$ 3.275.000,00.

O laudo foi entregue à Prefeitura no dia 2 de agosto de 1984 com a seguinte conclusão:

"Os estudos até esta data realizados servem para caracterizar as precárias condições de estabilidade de toda a área objeto deste parecer, mas são claramente insuficientes para a realização dos projetos de construção de blocos de apartamentos e das obras de estabilização, de modo a reconhecer-se a garantia de estabilidade e segurança. É imprescindível que seja aumentado o conhecimento do subsolo da área, além daqueles já preconizados pela Superintendência de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro. Nenhum projeto de contenção ou de melhorias das condições naturais dos solos pode ser elaborado com tão pouca informação como a disponível. Há uma absoluta necessidade de aumentar-se o número de sondagens mistas até o topo da rocha."

15 de maio de 1985

VENDA DE TERRENO EDITAL

A Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar - CHI/CM - torna público que fará realizar, no dia 15/05/85, às 11:00h, licitação, sob a modalidade de concorrência, tendo por objeto a alienação do terreno de sua propriedade, com 15.000 m², localizado na Rua Benjamim Batista nº 100 Jardim Botânico, observada as condições do Edital de Licitação que se encontra à disposição dos interessados na Av. Graça Aranha, 81/3º andar - Sala 309, no horário de 10 às 16:00 horas.

10 de junho de 1985

VENDA DE TERRENO - A CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA DO CLUBE MILITAR - CHI/CM - Coloca à venda, pela melhor oferta, a seu juízo exclusivo, o terreno de sua propriedade, com 15.000 m², localizado na Rua Benjamim Batista, nº 100, Jardim Botânico. As propostas deverão ser encaminhadas à CHI/CM, Av. Graça Aranha, 81, sala 309, em envelopes fechados, até o dia 10 (dez) de junho de 1985, às 14 (quatorze) horas, quando serão abertas. A CHI/C reserva-se o direito de recusar qualquer proposta, ou a todas elas, a seu livre critério, sem obrigação de justificar-se.

Vários empresários da construção civil, interessados na compra do terreno procuraram a AMA-JB para saber das condições do terreno e depois da exibição de toda a documentação sobre a encosta, desistiram do seu propósito.

Em 11 de agosto de 1987, a AMA-JB foi informada que havia chegado à Superintendência da Geotécnica um novo projeto para construção do terreno, *a pedido do novo dono - Paulino*

Em 27 de janeiro de 1989, diante da nova ameaça de construção a AMA-JB, entregou em mãos ao então Secretário Municipal de Obras do Prefeito Marcelo Alencar – Luiz Paulo Correa da Rocha, o dossiê contendo todas as informações sobre a encosta. O Secretário foi enfático: “Vou exigir da geotécnica o máximo rigor no exame do projeto de contenção e nada será aprovado sem antes ser submetido à análise pela AMA-JB.”

Em 30 de novembro de 1989, o Prefeito Marcelo Alencar decreta: “Considerada a área “non aedificandi” toda a área compreendida pelos lotes 1 a 8 do PAL 33049 e pelo lote 1 do PAL 30077, situados do lado par da Rua Benjamim Batista” (Doc 6)

A AMA-JB comemora o fato com uma festa em 15 de dezembro de 1989, a proteção por decreto era frágil, sujeito que este ficaria a ser modificado por outro prefeito. *mas considera que*

A AMA-JB quer a encosta protegida por lei. Procura o então vereador Tito Riff que, sensibilizado com as razões do AMA-JB, encaminha à Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 533 de 1989.

Em 1º de outubro de 1990 o prefeito Marcelo Alencar sanciona a lei: Ficam considerados “non aedificandi” os lotes de 1 a 8 do PAL 33049 localizados na Rua Benjamim Batista. (Doc 7)

Por erro ou distração o lote de nº 1 do PAL 30077, ficou fora da lei. Só onze anos depois, em 23 de março de 2001, como resultado da tenaz ação da AMA-JB, é que o citado lote passa a ser considerado “non aedificandi”, através da lei nº 3191, de autoria do vereador Eliomar Coelho. (Doc 8).